



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica  
Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

**PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 5800/2024**

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 2024.

Processo nº 0847277-31.2024.8.19.0002,  
ajuizado por

, representado por

Trata-se de demanda judicial cujo pleito se refere aos medicamentos **risperidona 2mg, clorpromazina 100mg, diazepam 10mg e decanoato de haloperidol 50mg/mL** (Haldol® decanoato) (Num. 162358930 - Págs. 1 e 2).

Em síntese, de acordo com documento médico (Num. 162358931 - Pág. 8), o Autor apresenta diagnóstico de **Esquizofrenia paranoide** (CID-10 F20.0) e de **Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas, com Síndrome de dependência**, (CID-10 F19.2). Encontra-se em uso de **risperidona 2mg** (1-0-1), **clorpromazina 100mg** (0-0-1), prometazina 25mg (1-1-1), **diazepam 10mg** (0-0-1) e **decanoato de haloperidol 50mg/mL** (Haldol® decanoato) – 2 ampolas, IM, a cada 15 dias.

Diante dos fatos relatados em documento médico (Num. 162358931 - Pág. 8), cabe dizer que os medicamentos **risperidona 2mg, clorpromazina 100mg, diazepam 10mg e decanoato de haloperidol 50mg/mL** (Haldol® decanoato) **estão indicados** para o tratamento do quadro clínico que acomete o Autor.

No que tange ao fornecimento, insta mencionar que:

- **Clorpromazina 100mg, diazepam 10mg e decanoato de haloperidol 50mg/mL** (Haldol® decanoato) **estão padronizados** pela Secretaria Municipal de Saúde de Itaboraí, no âmbito da Atenção Básica, conforme a REMUME deste município.
  - Assim, a representante legal do Autor deverá comparecer à Unidade Básica de Saúde mais próxima de sua residência, portando receituário atualizado, a fim de receber informações quanto ao fornecimento destes medicamentos.
- **Risperidona 2mg** perfaz o **Grupo 1B<sup>1</sup>** de financiamento do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF). Logo, este medicamento **é disponibilizado** pela Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES/RJ), através do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), para o manejo da esquizofrenia, conforme Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) da referida doença (Portaria SAS/MS nº 364 - 09/04/2013).
  - **Assim, a médica assistente deverá avaliar se o Autor atende os critérios de inclusão do PCDT mencionado.**

Em pesquisa efetuada no Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica – HÓRUS, verificou-se que o Autor **não possui cadastro** no CEAF para recebimento do

<sup>1</sup> **Grupo 1B** - medicamentos financiados pelo Ministério da Saúde mediante transferência de recursos financeiros para aquisição pelas Secretarias de Saúde dos Estados e Distrito Federal sendo delas a responsabilidade pela programação, armazenamento, distribuição e dispensação para tratamento das doenças contempladas no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

medicamento padronizado para o tratamento da esquizofrenia.

Frente ao exposto, recomenda-se que a médica assistente avalie o uso do medicamento ofertado pelo SUS, **risperidona**. Perfazendo os critérios de inclusão do PCDT da esquizofrenia, para ter acesso ao medicamento através do CEAF, o Demandante ou seu representante legal deverá comparecer à Rua Desembargador Ferreira Pinto, 09 – Centro - Itaboraí, tel: 3639-2639, portando: Documentos pessoais: Original e Cópia de Documento de Identidade ou da Certidão de Nascimento, Cópia do CPF, Cópia do Cartão Nacional de Saúde/SUS e Cópia do comprovante de residência. Documentos médicos: Laudo de Solicitação, Avaliação e Autorização de Medicamentos (LME), em 1 via, emitido a menos de 90 dias, Receita Médica em 2 vias, com a prescrição do medicamento feita pelo nome genérico do princípio ativo, emitida a menos de 90 dias (validade de 30 dias para medicamentos sob regime especial de controle – PT 344/1998/ANVISA).

Nesse caso, o médico assistente deve observar que o laudo médico será substituído pelo Laudo de Solicitação, avaliação e autorização de medicamentos (LME), o qual deverá conter a descrição do quadro clínico do paciente, menção expressa do diagnóstico, tendo como referência os critérios de inclusão previstos nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Ministério da Saúde, bem como os exames exigidos no PCDT, quando for o caso.

**É o parecer.**

**Ao 5º Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca de Niterói do Estado do Rio de Janeiro para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.**

**JACQUELINE ZAMBONI MEDEIROS**

Farmacêutica

CRF- RJ 6485

Mat. 50133977

**FLÁVIO AFONSO BADARÓ**

Assessor-chefe

CRF-RJ 10.277

ID. 4.364.750-2